



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**INTERAÇÃO ENTRE FÁMILIA E ESCOLA: DESAFIO A SER
SUPERADO**

MARIZE VÁZ DE ALMEIDA ANDRÉ

BELO HORIZONTE, 2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**INTERAÇÃO ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA: DESAFIO A SER
SUPERADO**

Trabalho apresentado como requisito necessário para conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Débora Cristina de Gonzaga Camilo do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, 2013

FOLHA DE APROVAÇÃO

Marize Vaz de Almeida André

INTERAÇÃO ENTRE FÁMILIA E ESCOLA: DESAFIO A SER SUPERADO

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em _____ Novembro de dois mil e treze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores.

Professor Avaliador

Professora Débora Cristina de Gonzaga Camilo

(Orientadora)

Marize Vaz de Almeida André
(Cursista)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho:

À Deus a razão de minha existência.

À minha mãe Milza e meu pai (Bráz) in memoriam, que um dia sonharam e hoje compartilham comigo este importante momento.

Ao meu esposo Divino, que é um grande companheiro.

Às minhas filhas Lucélia, Lucely e Lizandra as quais dedico a minha vida.

Aos meus irmãos Alair, Denize e Odair, que sempre admirei-os pela nossa linda amizade, respeito e amor que nos une.

Aos meus amigos, que são pessoas especiais, que estão sempre presentes, e, em especial a minha amiga e colega de curso Ivone, pelas viagens e pelo ombro nas horas difíceis.

AGRADECIMENTOS

Agradeço:

A Deus pelo conforto nas horas difíceis e Luz que ilumina meu caminho.

À Professora Débora Cristina de Gonzaga Camilo, minha Orientadora, que despertou em mim um olhar para uma atuação mais comprometida com o setor Educacional e Comunidade.

A Professora Orientadora Wanderléia Mendes Guedes, que foi persistente para comigo, incentivando-me.

A todos àqueles que colaboram de alguma forma para que eu conseguisse mais esta conquista.

EPÍGRAFE

*“Quem forma se forma e re-forma ao formar,
e quem é formado forma-se e forma ao ser
formado”.*

Paulo Freire

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo, buscar uma educação equilibrada através de parcerias entre escola e famílias propondo situações que permitam a integração destas e despertando o interesse dos pais ou responsáveis na vida escolar de seus filhos na Escola Municipal Professor Borges da Costa. O interesse pelo estudo se deu ao observarmos a relação entre família e estudos e, principalmente, a maneira como a família de cada aluno se comporta em relação ao seu desempenho escolar, influenciando os resultados obtidos por crianças e adolescentes, independente da classe social. Uma base sólida, com pais e responsáveis que se interessam e, até mesmo ajudam na execução das tarefas escolares faz com que este aluno renda mais em todos os âmbitos de sua carreira escolar. Quando família e escola mantêm boas relações, as condições para uma boa aprendizagem e desenvolvimento da criança poderão ser acrescentadas. E assim pais e professores devem ser estimulados a discutirem e buscarem estratégias conjuntas e específicas ao seu papel, que resultem em novas opções e condições de ajuda mútua.

PALAVRAS CHAVE: Família, Escola, Aprendizagem.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. INTERAÇÃO ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA: DESAFIO A SER SUPERADO	10
CONSIDERAÇÕES FINAIS	16
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	18
ANEXO: Projeto Político Pedagógico	19

INTRODUÇÃO

É no coletivo que se abre para o ser humano a possibilidade de se formar a partir de princípios éticos, fundamentais para a vida em sociedade. É nesse espaço que as tendências individualistas podem ser educadas. Na realidade, a escola é, por princípio o lugar onde se educa para a coletividade, aprendendo-se o básico da condição humana, que é ser de fato um ser social, que sabe viver com os outros e dividir espaços. Diante disso faz-se necessário a existência de um profissional especificamente voltado a observar, direcionar e planejar coletivamente com a equipe e comunidade escolar quais ações são de fato relevantes para o sucesso do ensino-aprendizagem, sendo capaz de informar-se e manter informada a sua equipe de trabalho e fortalecendo cada vez mais os objetivos e metas da escola.

O presente trabalho pretende expor a relevância da participação da família na escola sob a ótica da gestão democrática, possibilitando a participação dessas, oportunizando momentos de reflexão sobre a importância de seu papel nas atividades escolares dos alunos, fazendo com que esta participação torne-se um meio facilitador do trabalho da gestão, aproximando os pais ou responsáveis à vida escolar de seus filhos. Essa parceria busca estratégias para superar os desafios na construção de uma educação de qualidade, que prescinde da participação ativa da família na vida escolar do (a) aluno (a) e, conseqüentemente o desempenho de qualidade.

Ao elaborar o meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), optei por “Interação entre Família e Escola: Um Desafio a ser Superado”, pois faz-se necessário as seguintes perguntas: Qual o papel da escola na vida humana? Como os pais poderão auxiliar na educação escolar de seu (sua) filho (a)? Como a escola e família poderão juntos assumir essa responsabilidade?

Partindo destas indagações, percebe-se que para um desenvolvimento pleno do educando deve-se oferecer uma educação para o exercício do viver, fazendo com que ele reflita e tenha atitudes éticas diante das diversas situações da vida humana.

Neste trabalho procura-se compreender a relação família/escola na sociedade contemporânea, na qual analisando obras de autores acadêmicos que discutem fatores relacionados a essas duas instituições sociais, entre as quais destacamos LENHARD (1985), GOLDANI (1994) e BRANDÃO (1981). Foram utilizados também como subsídios aspectos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 1 996 (LDBEN) e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que estipulam os conteúdos essenciais a serem trabalhados.

Percebe-se que nesse mundo em constantes mudanças, a família tem atribuído à escola responsabilidades que extrapolam a sua função social que é trabalhar com as novas gerações o conhecimento acumulado e sistematizado pelas gerações anteriores.

1. INTERAÇÃO ENTRE FÁMILIA E ESCOLA: DESAFIO A SER SUPERADO

Na concepção de GOLDANI (1994) mudaram as condições de reprodução da população, mudaram os padrões de relacionamento entre os membros da família. Os modelos de autoridade estão em questionamento, a posições relativas, da mulher alterou-se profundamente, modificando a divisão das atribuições familiares e as relações entre o homem e a mulher e suas gerações.

No âmbito dessas mudanças, a legislação redefiniu o conceito de família – de uma concepção legal escrita em que só cabia um modelo de família legitimada pelo casamento e com predominância do poder paterno e marital masculino, passa-se a aceitar como família outros tipos de união entre pessoas, independente da aceitação da sociedade.

As funções da família variam de sociedade para sociedade, podendo-se afirmar até que se modificam de acordo com o segmento social a que a família pertence. LENHARD (1985), ao classificar as funções da família, considerou as contribuições que ela pode trazer para a satisfação das necessidades sociais, ou seja, as econômicas, as de contrato social, as de educação e de organização política.

A família é um dos importantes meios pelas quais a sociedade transmite a sua cultura aos novos membros que vêm ingressando.

LENHARD (1985: p.63-65) apresenta tal função no âmbito da cultura transmitida pela família afirmando que “*ao introduzir a criança e o jovem na cultura, a família reflete e representa a sociedade*”.

Conforme nos diz o autor existem hábitos, costumes, valores que são específicos de cada família.

“Cada família insere nos filhos traços peculiares dela. Muitos padrões de comportamento, reelaborados por uma família para seu uso interno, são tão simbólicos de sua solidariedade como os adotadas por outros grupos. Vocábulos especiais, cerimônias familiares, aspirações calcadas no modelo de

antepassados, ênfase maior em uns valores sociais em detrimentos de outros".(LENHARD, 1985: p.65)

Assim, a língua que se aprende na família é, em geral, a nacional. Muitas das técnicas materiais também podem ser do âmbito nacional. Assim mesmo há muitas variações subculturais de costumes e técnicas, mas alguns traços são realmente válidos em toda a sociedade e entre eles estarão, certamente, algumas normas e valores fundamentais lançados pela família.

Segundo, BRANDÃO (1988) ninguém escapa da educação, pois ela está presente em todos os momentos de nossa vida, desde que nascemos. Em casa, na rua, na igreja ou na escola: de um modo ou outros todos nós envolvemos parte de nossa vivência com ela, aprendendo, ensinando ou até mesmo aprendendo a aprender.

A escola é uma instituição socialmente organizada para educar os membros de uma sociedade. Esta função não se restringe à escola, se consideramos que a educação se refere a ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações jovens para adaptá-las a vida social. É uma instituição cada vez mais complexa. Desempenha atividades que vão desde as mais elementares, como o ensino/aprendizagem em alfabetização, o saber básico na área de língua, das ciências, da matemática, da história, da geografia, do conhecimento da sociedade em geral e da cultura, até as que preparam os indivíduos para atividades intelectuais mais sofisticadas, com pesquisa e o desenvolvimento científico e tecnológico.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (PCNs 1998), estipulam os conteúdos essenciais a serem trabalhados por todas as escolas do território nacional. Na parte introdutória são apresentados requisitos necessários para o trabalho com esses conteúdos. Um deles é o acolhimento da família e dos alunos na escola e ainda a socialização dos mesmos, conforme o art. 32, inciso IV da L.D.B. 9394 de 1996 que prevê o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

O documento ressalta que a permanência dos alunos na escola é hoje um dos grandes problemas a serem enfrentados por todos na educação brasileira: órgãos governamentais, comunidades e equipes escolares. Embora as causas da não permanência sejam múltiplas, cabe enfatizar entre elas a falta de acolhimento dos alunos pela escola, uma vez que, de certo modo esse fator condiciona os demais.

A falta de acolhimento é originada muitas das vezes pelo fato da escola não reconhecer a diversidade da população a ser atendida, com conseqüente diferenciação da demanda, fazendo com que toda e qualquer situação que não esteja dentro de um padrão previsto seja tratada como problema do aluno e não como desafio para a equipe escolar. Reconhecer a diversidade e buscar formas de acolhimento requer por parte da equipe escolar disponibilidade, informações, discussões reflexões e algumas vezes ajudas externas.

A falta de disponibilidade ou condições para considerar a diversidade dos alunos acarreta o chamado fracasso escolar, com efeitos no plano moral efetivo e social que geralmente acompanharão esses indivíduos durante toda a vida, podendo redundar em exclusão social.

Contribuir para o processo de acolhimento do (a) aluno (a) não é tarefa simples, pois envolve lidar com emoções, motivações, valores e atitudes do sujeito em relação ao outro, suas responsabilidades e compromissos.

Com relação à família propriamente dita, o Documento Introdutório apresenta a seguinte problemática:

“Os problemas da adolescência e juventude são comumente associados a uma crescente descentralização das famílias. A idéia de desestruturação familiar é mais forte quando se trata de adolescentes e jovens dos setores populares em que se vêem mais freqüentemente mães solteiras, pais separados, ou alcoólicos, desempregados, etc. No entanto essas características também estão presentes nas outras classes sociais”. (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS – DOCUMENTO INTRODUTÓRIO, 1998: p.114).

Conforme afirma no Documento, o fato de viver numa família de pais não-separados não garante ao adolescente a construção de sua identidade. Muitos pais e mães

questionam seus próprios valores, devido a velocidade devido a transformação no mundo contemporâneo. Tornam incapacitados de propor aos filhos modelos de identificação e valores adaptados a transformações sociais, porque são diversos os caminhos que se abrem, tornando-se difícil prever como será o mundo quando os filhos forem adultos.

Logo ao nascer, o ser humano se relaciona com regras e valores da sociedade em que está inserido. No interior do grupo familiar, há sempre uma ou mais pessoas que responsabilizam pela sobrevivência e pela formação do novo membro. A família é então, o primeiro espaço de sobrevivência da criança. Mas não é o único. (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS DOCUMENTO INTRODUTÓRIO – Temas Transversais, 1998: p.62).

Na realidade, verifica-se uma preocupação com dimensão moral da educação e uma intenção de contemplá-la nas propostas que se apresentam a sociedade. Como instituição especificamente destinada a educação, a escola deve empenhar-se na formação moral de seus alunos. É claro, sem considerar que não é a única instituição que participa dessa formação, como nos mostra a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), em seu título II, artigo 2º, que determina que:

A educação é dever da família e do Estado, inspirado nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O que se pode afirmar é que a família é considerada instituição mestra no que se refere aos valores éticos e morais. A escola, como instituição especificamente destinada à educação, pode ser entendida como espaço de práticas sociais no qual os alunos entram em contato com determinados valores, aprendem a estabelecer hierarquia entre valores e ampliam a consciência reflexiva.

Pode-se afirmar que a participação dos pais na Escola Municipal Professor Borges da Costa tem sido estimulada como mecanismo de democratização da gestão escolar, através da descentralização e autonomia administrativa.

O artigo 14 da L.D.B.9394 de 1996 evidencia este fato. Nele é mencionada a gestão democrática, cujas normas serão definidas pelos sistemas de ensino, levando em conta os seguintes princípios: participação dos profissionais da educação na elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola (PPP) e participação da comunidade escolar local em conselhos escolares equivalentes.

O art. 12 da referida lei também mostra a importância atribuída à família. Ele preconiza que os estabelecimentos de ensino terão a incumbência de articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola, informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica.

E, assim pode-se concluir, através de análise das diretrizes legais que orientam o sistema de ensino brasileiro, que a família é reconhecida como instância educativa na qual os indivíduos iniciam seu processo de socialização, que não compete a escola julgar como certo ou errado a educação que cada família oferece e que o apoio das famílias no trabalho que a escola realiza com os alunos é de fundamental importância para o êxito da escola na sua função de formar para o exercício da cidadania.

Aspecto interessante, é que as experiências práticas bem sucedidas demonstram que a busca pelo fortalecimento da parceria escola e comunidade se apresenta no atual contexto social. Para isso, a escola, vem articulando formas de organização que envolve parcerias efetivas entre família e escola. A ação de integração entre escola e família se desenvolve por meio de reuniões periódicas, palestras, realização de atividades culturais, celebrações, Festa da família, dentre outras. (Projeto Político Pedagógico (PPP), E. M. Professor Borges da Costa, 2013, p.14).

Motivo pela qual grande parte dos pais ou responsáveis não fazem presentes a vida escolar de seus (suas) filhos (as), por ser um município onde a fonte de trabalho é pouca, e assim necessitando-os às vezes ausentar-se do município na época da colheita do café, e no cultivo de hortas (quiabo, inhame, jiló, etc). Mesmo com alguns programas do Governo como bolsa família, necessitam dos filhos maiores para ajuda na renda familiar ou cuidarem das crianças menores e assim estes ficam prejudicados nos estudos pois, tornam infrequentes e com pouca participação da família na vida escolar dos mesmos.

Diante de análises, reflexões e indagações podem-se concluir que, a Escola Municipal Professor Borges da Costa direcionará um trabalho junto às famílias. Enquanto instituição deverá priorizar os aspectos que deverão estar presentes no tocante à educação: valores éticos, morais, culturais, sociais e educacionais. Iniciando por conhecer às famílias, visitando-as, e, esta aproximação poderá fazer com que as mesmas sentirão motivadas a participarem mais da vida escolar dos (das) filhos (filhas); continuar com o Show de Talentos, este, uma das ações que está sendo desempenhada e com sucesso; Festas: Junina, da Família, das Crianças e, outras. Assim, abrem-se possibilidades de resgatar fatores primordiais para que tal relação possa vir alcançar o mérito de um projeto tão fidedigno, que é o de educar e educar bem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do trabalho realizado foi possível identificar que a família é uma instituição social que desempenha funções econômicas, educativas, de controle social, políticas e afetivas. É na família que se regulamenta o consumo e o direito de cada um ao acesso a bens e serviços; se transmitem costumes, valores e a moral social e se estabelecem os primeiros laços afetivos do indivíduo.

Entretanto, verifica-se que as características da sociedade atual, o individualismo, a competitividade no mercado de trabalho e, sobretudo, as desigualdades econômicas e sociais, que se acentuaram nas últimas décadas, tem desprovido as famílias de condições objetivas para cumprirem suas funções.

Em síntese, evidencia-se, hoje, que as funções da família e da escola no que se refere à educação das novas gerações não estão bem delimitadas. As famílias, em alguns casos, se desresponsabilizam pela sua função educativa e a escola, diante de tantas demandas, não consegue cumprir a contento a sua principal função – trabalhar o conhecimento acumulado e sistematizado pelas gerações anteriores.

Entende-se que família e escola são instituições sociais complementares na função de educar. Como tal, é necessário que estabeleça relações de parceria. Entretanto, essas relações terão maiores possibilidades de se efetivarem, se ocorrerem por iniciativa dessas instituições da necessidade de envolvimento de ambas em prol da tarefa que se propõem, sem intervenções normativas e contundentes do poder público como as realizadas em projetos que, na realidade, objetivam eximir o poder público de suas responsabilidades.

Finalizando, destaca-se que ainda existe um longo caminho a percorrer na construção de uma real parceria família-escola e que, nesse percurso, alguns passos, ainda tímidos, já estão sendo dados. Embora tímidos, se constituem tentativas de aproximação necessária e urgente entre essas duas instâncias educativas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O Que è Educação**. 2. Ed. São Paulo:Brasiliense, 1988.

GOLDANI, Ana Maria. **As Famílias Brasileiras: Mudanças e Perspectivas**. Cadernos de Pesquisa, Nov. n. 91, 1994.

Lei 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

LENHARD, Rudolf. **Sociologia Educacional**. São Paulo: Pioneira, 1985.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. MEC/SEF. Documento Introdutório. Brasília, 1998.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. MEC/SEF. Temas Transversais. Brasília, 1998.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Escola Municipal Professor Borges da Costa. Córrego Novo/MG, 2013

ANEXO



UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FAE – FACULDADE DE EDUCAÇÃO

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO:
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR BORGES DA COSTA

IVONE LÚCIA DOS SANTOS
MARIZE VAZ DE ALMEIDA ANDRÉ

BELO HORIZONTE, 2013

**IVONE LÚCIA DOS SANTOS
MARIZE VAZ DE ALMEIDA ANDRÉ**

**PROJETOPOLÍTICO PEDAGÓGICO:
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR BORGES DA COSTA**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da professora Wilma Aparecida Soares Luna, do Curso de Especialização em gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, 2013

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
1 . FINALIDADES DA ESCOLA.....	8
2 .ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	10
2.1. Estrutura Organizacional Administrativa	
2.2. Estrutura Organizacional Pedagógica	
3. CURRÍCULO	13
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES.....	15
5. PROCESSOS DE DECISÃO.....	17
6. RELAÇÕES DE TRABALHO.....	19
7. AVALIAÇÃO.....	21
8 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	26
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	27

INTRODUÇÃO

Projetar significa procurar intervir na realidade futura, a partir de determinadas representações sobre problemas do presente e sobre suas soluções. Por isto, constitui um futuro a construir, algo a concretizar no amanhã, a possibilidade de tornar real uma idéia, transformando-a em ato (BARBIER, 1996).

O presente projeto é uma proposta de trabalho coletivo que busca encontrar respostas para questões cruciais da escola, como o seu papel (missão), as dificuldades em cumpri-lo e as alternativas possíveis. Contudo, sua qualidade vai depender das pessoas e/ou profissionais com ele envolvidos.

Os momentos que envolveram sua elaboração permitiram o reconhecimento de que a escola não pode mais ficar indiferente ao seu fracasso, como se não tivesse nada a ver com isso, aguardando que os governantes façam alguma coisa. Foram momentos que a escola voltou para si mesma em busca de reorganização.

Possibilitou o conhecimento da escola real, das situações nas quais ela vem cumprindo sua função e o porquê desse distanciamento. Analisou-se as diversas dimensões do trabalho escolar (pedagógicas, administrativas e sociais), identificando seus principais problemas e suas causas.

Foi possível reconhecer as experiências positivas que muito contribuíram para que a escola reconhecesse o seu papel. Conhecer os alunos, sua família e a comunidade.

Localizada na sede do Município, à Avenida Prefeito Carlito Caetano Campos, nº 225, a Escola Municipal Professor Borges da Costa ministra atualmente a Educação Básica nas modalidades de Educação Infantil (1º e 2º períodos) e Ensino Fundamental, em três turnos: matutino e vespertino – Ciclo Inicial de Alfabetização e do Ciclo Complementar de Alfabetização; e no noturno – Ensino Regular Noturno.

Foi criada pelo Decreto nº 3.572, de 17/01/1965, em regime estadual até 1997, com o nome oficial de Escola Estadual Professor Borges da Costa. Sendo, então, municipalizada pela Lei Municipal nº 584, de 15 de dezembro de 1997,

conforme Resolução nº 8.312/98, publicada em 15 de janeiro de 1998, passando a receber o nome de Escola Municipal Professor Borges da Costa.

Em 04/01/06, foi publicada a Portaria SRE nº 02/06, retificada em 28/09/06, a fim de excluir a prazo de validade da autorização de funcionamento das atividades da Educação Infantil (pré-escola). A partir da publicação SRE nº 02/06, a escola passa a identificar-se Escola Municipal Professor Borges da Costa, de Educação Infantil e Ensino Fundamental (Anos Iniciais).

A escola funciona com dez salas de aula, uma sala para laboratório de informática, uma biblioteca, uma secretaria, uma sala de professores e uma diretoria. O prédio encontra-se em bom estado de uso e conservação.

O corpo docente é composto por 08 (oito) profissionais de nível médio de escolaridade e 20 (vinte) graduados. Quanto ao administrativo, uma diretora, uma vice-diretora, três secretárias, um assistente de turno, dez auxiliares de serviços gerais, dois inspetores de alunos e duas monitoras para a Educação Infantil.

Com o objetivo de envolver as diversas instâncias na elaboração do Projeto Político-Pedagógico, reuniu-se por segmentos com o propósito de levantar dados, diagnosticar a realidade escola/comunidade, através de discussões, relatando como tema o referido projeto e também através de questionários, com a participação dos professores, funcionários e pais.

1 . FINALIDADES DA ESCOLA

Considerando que as transformações tecnológicas, econômicas e culturais colocam cada vez mais a necessidade do conhecimento ético e da educação do homem em toda a sua multiplicidade, educação esta que vai além dos conteúdos científicos, a escola passou, então, a possuir uma função formadora.

Mediante a função da escola hoje, pretende-se através da projeção de metas e realização de projetos, buscar uma educação equilibrada que atenda a essa multiplicidade, educando em sentido mais amplo, ou seja, considerando as diversas experiências sociais, culturais e intelectuais do aluno, respeitando para tal, suas histórias de vida, linguagem e costumes, condições sociais, moradia e lazer.

Dessa forma, o corpo docente, administrativo e pedagógico da rede municipal de ensino, visando à estruturação do Projeto Político-Pedagógico, reuniu as diversas instâncias com o propósito de levantar dados, diagnosticar a realidade escola/comunidade, através de questionários, conversas, reuniões com famílias, professores e funcionários.

Evidenciou-se pontos positivos, dificuldades, anseios, que conduzirão ao estabelecimento de metas e ações, buscando o compromisso e envolvimento de todos no processo.

Pois, é no coletivo que se abre para o homem a possibilidade de se formar a partir de princípios éticos, fundamentais para a vida em sociedade. É nesse espaço que as tendências individualistas podem ser educadas. Na realidade, a escola, talvez mais do que a família, é por princípio o lugar onde se educa para a

coletividade. Aprende-se o básico da condição humana, que é ser, de fato, um ser social, que sabe viver com os outros e dividir espaços.

Enfim, por ser um plano construído coletivamente e considerando todos os objetivos e necessidades da escola, estará sujeito a constantes alterações, uma vez que, caracteriza-se como um fio norteador para a prática educativa, em prol da formação de um cidadão capaz de viver e conviver numa sociedade justa e igualitária.

2 .ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

2.1. Estrutura Organizacional Administrativa

A Escola Municipal Professor Borges da Costa possui uma equipe gestora composta por uma diretora, uma vice-diretora, duas supervisoras, vinte e dois professores, seis auxiliares de serviços gerais, seis cantineiras, duas auxiliares de secretaria, uma secretaria e dois inspetores de alunos.

O prédio possui dez salas de aulas onde atende alunos do primeiro ao quinto ano, Anos Iniciais do Ensino Fundamental no turno matutino, e no vespertino atendendo ainda a Educação Infantil (primeiro e segundo períodos) e no noturno, EJA (primeiro segmento).

A escola conta com um laboratório de informática com dezessete computadores onde todos os alunos do Ensino Fundamental, anos iniciais, tem acesso às aulas lúdicas para enriquecimento de conteúdos.

Há ainda, na escola, uma secretaria, uma diretoria, uma biblioteca escolar, salas para professores, um depósito para armazenar alimentos, três banheiros para uso das meninas e três para uso dos meninos, e dois para uso funcionários.

O acervo bibliográfico precisa ser ampliado e renovado, principalmente no que diz respeito ao material de pesquisa. A parte de literatura é muito ampla, devido aos livros enviados pelo MEC.

A videoteca tem um bom acervo de fitas. Porém, restrito aos professores, pois são de caráter informativo e pedagógico, que são utilizados nos encontros pedagógicos.

Quanto ao mobiliário, todas as salas de aulas contém carteiras com a quantidade adequada para a classe, dois armários, uma lousa, um cantinho de leitura e mesa para professor. As salas administrativas contém computadores para uso de funcionários. A escola possui três televisores e aparelhos de DVDs, um datashow, uma filmadora e uma câmera digital.

A área externa possui um amplo espaço com parquinho, um auditório com palco, bebedouros, escovódromo, um refeitório e um espaço gramado para jogos e brincadeiras.

A escola recebe recurso do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), PDE, PDDE e FUNDEB e, através do PAR (Plano de Ações Articuladas), a escola vem sendo beneficiada com cursos de formação continuada de professores.

2.2. Estrutura Organizacional Pedagógica

Quanto ao “tipo de pedagogia que se adapta a uma escola que pretende uma ação transformadora”, a Escola Municipal Professor Borges da Costa tem como foco uma educação voltada para o indivíduo como um todo (psicológico, moral, social, afetivo, etc.), que apresente a interdisciplinaridade com direcionamento globalizado, planejado em conjunto, visando ao trabalho coletivo, considerando a realidade escolar, proporcionando ao educando a construção do conhecimento, não mera transmissão de conteúdos, harmonizando-se e adaptando-se ao meio em que vive.

Quanto ao “educando, responsável pelo seu próprio desenvolvimento”, investe-se na sua participação ativa, com uma postura reflexiva, questionadora, crítica, sujeito do processo ensino-aprendizagem.

A prática escolar é caracterizada pelo princípio de valorização do conhecimento prévio do aluno, de suas condições sociais e econômicas, possibilitando-o uma visão crítica da realidade e um posicionamento político. Visando, porém, utilizar os conhecimentos e vivências deste, considerando-o cidadão, orientando-o para as necessidades básicas na área educativa. Propõe-se a prática escolar orientada pela responsabilidade e ética, considerando o aluno um ser pensante, e o professor, um mediador do conhecimento.

O papel dos profissionais da educação é proporcionar um ensino de qualidade que visa à preparação do aluno para a vida. Na verdade, o que ocorre quando se consegue atingir os objetivos propostos na satisfação do saber, visando ao desenvolvimento integral, adaptando o necessário de sua realidade de forma libertadora, e respeitando os valores herdados culturalmente (étnicos).

As diretrizes para que a escola seja centro do saber sistemático, sugerem ultrapassar a mera aquisição de informação em que cada indivíduo possa tirar o melhor proveito de um ambiente educativo, em constante transformação.

3. CURRÍCULO

O tema currículo escolar ainda é objeto de discussão entre os educadores, visto que implica questões de ordem pedagógica, cultural, de relações sociais e de valores, explícitas ou implícitas no cotidiano da escola.

A Escola Municipal Professor Borges da Costa entende o currículo como o conjunto de ações educativas desenvolvidas no âmbito escolar ou fora dele, que promovem o crescimento do educando de forma global, nos aspectos cognitivos, afetivos, sociais e culturais, possibilitando a construção de sua identidade e o exercício pleno da cidadania.

Ao trabalhar as questões do currículo, a escola considera os saberes cientificamente e culturalmente elaborados, as experiências escolares trazidas pelos alunos, as especificidades da comunidade escolar e local e as necessidades apontadas pela sociedade atual, observando as diretrizes educacionais da legislação vigente.

Observa-se, contudo, a necessidade de um direcionamento sistematizado, com os conteúdos mínimos a serem trabalhados em cada nível e modalidade de ensino, como prevê a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 210:

“(…) serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.”

Dessa forma, a escola tem como referência a proposta contida nos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998), como sendo o ponto de partida para a elaboração de seu currículo. Alia-se a esta, os temas transversais como ética, pluralidade cultural, meio ambiente, saúde, orientação sexual, trabalho e consumo, e ainda, as matrizes de referência das avaliações externas como Proalfa e Prova Brasil, e os Direitos de Aprendizagem, propostos no Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa, do Ministério da Educação.

Segundo Cury, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) apresentam-se como:

um complexo de propostas curriculares em que se mesclam diretrizes axiológicas, orientações metodológicas, conteúdos específicos de disciplinas e conteúdos a serem trabalhados de modo transversal e sem o caráter de obrigatoriedade próprio da formação básica comum do artigo 210 da Constituição Federal/88 (CURY, 2002, p192).

Portanto, entendendo os PCNs como uma proposta curricular dentre várias outras, propõe-se elaborar um currículo flexível, que valorize as diferenças, que contemple a diversidade econômica, social e cultural, em diferentes épocas e diferentes espaços, devendo assim ser dinâmico, passível de transformações, criando novas estratégias para atender às necessidades atuais.

É necessário articular mecanismos de apoio e ações que permitam igualar as oportunidades de aprendizagem e de conhecimento para todos, respeitando e valorizando a diversidade, ampliando as possibilidades de compreensão e interação entre os alunos e destes com os profissionais da educação.

Há, portanto, a necessidade de reformar o pensamento derivado da cultura disciplinar e realizar um planejamento participativo, organizar o currículo de forma interdisciplinar e contextualizado, valorizando o currículo como espaço de pluralidade de saberes.

4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

Os espaços da escola, concebidos como espaços de aprendizagem, são utilizados para as mais diversas atividades realizadas pelos professores. Além das salas de aula, os professores dispõem de espaços externos para dinamizar seu trabalho, buscando tornar as aulas mais atrativas e prazerosas. Explorando outros objetos e espaços, experimentando e criando é que a criança se apropria do conhecimento.

A biblioteca tem por finalidade atender aos alunos, professores e funcionários da escola, visando ao desenvolvimento das atividades curriculares, construindo-se numa unidade de pesquisa e incentivo à leitura.

O laboratório de informática é utilizado visando a complementação dos conteúdos trabalhados em sala de aula, aliando os recursos tecnológicos à produção do conhecimento.

Em relação ao tempo escolar, apesar de os alunos estarem agrupados de acordo com a faixa etária nos ciclos inicial e complementar, o tempo ainda é administrado de forma fragmentada. Reorganizar os tempos e espaços escolares e a ampliação do tempo do aluno na escola, ainda é um desafio.

Segundo o Art. 3º da Resolução SEE/MG, nº521/04, “o calendário escolar, respeitadas as normas legais, deve ser anualmente elaborado pela escola, discutido e aprovado pelo Colegiado e amplamente divulgado, cabendo à Inspeção Escolar supervisionar o cumprimento das atividades nele previstas”.

O Calendário Escolar deverá prever, no mínimo, 200 dias letivos e 800 horas anuais, e incluir as seguintes programações: início e término do ano escolar, início e término do ano letivo, feriados e recessos, planejamento das atividades pedagógicas e férias escolares.

A Escola Municipal Professor Borges da Costa tem criado estratégias para melhor aproveitamento do tempo e dos espaços disponíveis, de modo a possibilitar ao aluno desenvolver sua capacidade de aprender a ler, escrever, interpretar, calcular, promovendo o resgate da sua autoestima, e oportunizando ações

pedagógicas para o atendimento diferenciado aos alunos com dificuldades de aprendizagem, no tempo em que elas surgirem.

5. PROCESSOS DE DECISÃO

O art. 14 da Lei Complementar da Educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº9394/96) estabelece e regulamenta as diretrizes educacionais e reforça a questão da gestão democrática.

A gestão democrática caracteriza-se pela participação de toda a comunidade escolar na tomada de decisões. A escola em questão prima pela participação e integração escola-aluno-comunidade, devendo ser inclusiva, ou seja, que permita a integração com os pais e comunidade. Tendo, portanto, como seu ideal, a formação de cidadãos capazes de transformar o mundo em que vivem.

O modelo de gestão da Escola Municipal Professor Borges da Costa baseia-se na participação coletiva, buscando propiciar condições favoráveis de convivência, trabalho, criando alternativas para tomada de decisão através de sugestões de todos os envolvidos.

Durante todo o ano letivo, a escola busca a parceria da família para construir e avaliar as metodologias, os resultados das avaliações externas e internas e o trabalho prestado pela instituição. Nesta avaliação, não se avalia apenas a aprendizagem, mas a escola como um todo, em todos os seus segmentos. Tais informações servem como base para implementação do Projeto Político Pedagógico e o Plano de Intervenção Pedagógica.

Porém, ainda não há efetivação dos órgãos colegiados como o Conselho de Classe e o Conselho Escolar. É preciso repensar qual está sendo a forma de participação da comunidade escolar nos processos de decisão desta escola, se esses órgãos não são legitimados. A análise do marco referencial e situacional da escola aponta para a urgência da criação e implantação desses órgãos.

De modo geral, apesar das decisões serem tomadas dentro da escola, elas devem respeitar as orientações que são impostas pela Secretaria Regional

Educação de Minas Gerais, e o seu cumprimento é acompanhado e supervisionado pelos funcionários da Superintendência de Ensino.

Na rede Municipal de Ensino do município de Córrego Novo a escolha da equipe gestora se faz através de indicação pelo gestor municipal, atendendo exigências feitas pelo Estatuto do Magistério, que é ser graduado em Pedagogia, ter experiência na área educacional e perfil de gestor.

6. RELAÇÕES DE TRABALHO

O ambiente educativo deve ser permeado pela ética, autonomia, respeito mútuo e confiança, pois é um espaço de relações interpessoais intensas, construção de conhecimentos e valores, na relação com os pares.

Os alunos poderão trabalhar a cooperação para obter a solução da atividade proposta. O aluno estará inserido em uma situação onde terá que trabalhar a habilidade em se expressar, assim como compreender o pensamento do colega, isso ampliará seu conhecimento e promoverá seu amadurecimento afetivo e social.

A colaboração, a cooperação e o confronto entre opiniões, deve se mediado, trabalhado pelo professor uma vez que a relação entre os alunos é tão importante quanto à interação entre adulto/criança.

Outro aspecto interessante é que as experiências práticas bem sucedidas demonstram que a busca pelo fortalecimento da parceria escola e comunidade se apresenta no atual contexto social. Para isso, a escola, vem articulando formas de organização que envolve parcerias efetivas entre família e escola. As ações de integração entre escola e família se desenvolvem por meio de reuniões periódicas, palestras, realização de atividades culturais, celebrações, Festa de Família, dentre outras.

Vive-se uma crescente valorização do conhecimento, da tecnologia, da convivência respeitosa com as diferenças, e da promoção da consciência cidadã. A realização desses novos valores justifica a necessidade de formação permanente, no e pelo trabalho, bem como de aprendizado contínuo, orientados por uma formação geral e capaz de ajudar a compreender a escola na sua complexidade, conforme exigência da LDBEN 9394/96.

O professor precisa capacitar-se para atuar numa realidade altamente heterogênea e nas mais diversas situações de ensino, de ser capaz de entender os diferentes ritmos, interesses e formas de aprender, de desenvolver a autoestima, o respeito mútuo e regras de convivência, de dar significado científico, social e cultural para aquilo que faz e ensina.

Sendo assim, propõe-se realizar cursos de formação continuada, trimestralmente, envolvendo todos os profissionais, além dos encontros pedagógicos semanais, mediante necessidades e dificuldades apresentadas pelos mesmos.

7. AVALIAÇÃO

A avaliação do ensino/aprendizagem só faz sentido para o aluno, quando é um processo contínuo com vista à reflexão crítica sobre a prática e não apenas configurada por uma classificação e um discurso político vago desvinculado da realidade do educando (GIANCATERINO, s/d).

A avaliação da aprendizagem é um instrumento de conhecimento dos alunos, das suas diferenças e semelhanças. As suas qualidades, interesses e necessidades, bem como da eficiência do trabalho educativo, que se realiza na sala de aula.

Segundo Giancaterino,

a avaliação está sempre presente nas atividades humanas, uma vez que, se está constantemente estabelecendo comparações entre coisas e valores diferentes (ou semelhantes), obrigando as pessoas a fazerem escolhas, nem sempre fáceis. Dentro do ambiente educacional não é diferente, a avaliação ocupa lugar de destaque, sendo que além dos alunos, os professores as instituições também são avaliados (GIANCATERINO, s/d).

A avaliação do processo de aprendizagem deve ser contínua e diagnóstica. Sua principal finalidade é dar suporte ao planeamento das aulas e ao atendimento aos alunos. Baseada em objetivos educacionais definidos para cada ciclo, de forma a orientar a organização da prática educativa em função das necessidades de desenvolvimento dos alunos.

É importante enfatizar que não se pode exigir que todos os alunos desenvolvam as mesmas habilidades cognitivas a partir dos mesmos conteúdos e dentro do mesmo período de tempo.

De acordo com D'ambrósio (1999:37), citado por Giancaterino (s/d), "não há testes que respondam com exatidão ao que o aluno deve saber em determinada idade ou em determinada etapa, contudo, cada aluno é um indivíduo com estilo e ritmo próprio de aprendizagem".

Portanto, faz-se importante que a avaliação seja um instrumento de uso adequado, levando em consideração o conteúdo trabalhado e as circunstâncias adversas do meio.

De acordo com o artigo 31 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9394/96, a avaliação na Educação Infantil será feita “mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental”.

O registro do processo de avaliação é feito no diário de classe e em fichas individuais de acompanhamento, elaboradas pela equipe pedagógica, considerando, portanto, os aspectos cognitivos, sócio afetivo e motor. Os registros da ficha-relatório devem ser feitos continuamente, à medida que o professor percebe reações significativas, que constituem indicadores importantes para mostrar o progresso ou dificuldades do aluno.

A ficha- relatório do desenvolvimento individual do aluno deve conter: os dados de identificação do aluno, o período avaliativo, os dados que indiquem os conteúdos desenvolvidos (unidades temáticas), os objetivos educacionais de acordo com a unidade temática, os indicadores do progresso do aluno, as observações e detalhamento que orientem sobre o atendimento pedagógico específico ao aluno e outras informações que o professor julgar importantes.

As características do ensino fundamental nos ciclos de formação básica enfatizam a importância da avaliação diagnóstica, e exigem que a avaliação seja registrada para possibilitar o controle dos progressos observados.

Para efeitos legais, as avaliações dos alunos devem ser registradas em ficha, quatro vezes por ano (abril, julho, setembro, dezembro).

Os resultados da avaliação deverão ser apresentados em forma de conceitos nos Diários de Classe. Considerando os seguintes conceitos:

- I – A – Alcançou suficientemente os objetivos de estudo.
- II – B – Alcançou parcialmente os objetivos de estudo.
- III – C – Com pouco mais de esforço conseguirá alcançar os objetivos de estudo.

A avaliação deve ser acompanhada pelo Conselho de Classe e deve ser compatível com a organização curricular por ciclos com o princípio da progressão continuada, apresentando as seguintes características:

- I – Contínua e processual.
- II – Dinâmica e participativa.
- III – Diagnóstica e investigativa.

É necessário que o processo de avaliação seja capaz de distinguir as diferenças que se apresentam em classe e prover o professor de informações que lhe permitam, a cada momento, conhecer as necessidades dos alunos e os progressos já alcançados.

Serão usados como instrumento de avaliação: a observação, provas e trabalhos orais e escritos, exercícios individuais, ou em grupos, escritos ou orais, possibilitando ao professor observar, interpretar, investigar, acompanhar o processo de construção do conhecimento do aluno e identificar os indicadores do seu progresso.

A avaliação precisa ser formativa e contínua, tornando-se parte da atividade regular e cotidiana do professor, possibilitando ao mesmo:

- I – Mudar de rumos, corrigir a sua ação e adequar o seu trabalho às características identificadas em seus alunos.
- II – Avaliar o quanto o seu trabalho é eficaz no sentido de permitir ao aluno, progredir em direção ao objetivo proposto.
- III – Acompanhar o desenvolvimento progressivo das competências e habilidades que permitam ao aluno uma interação cada vez mais rica com a realidade.

A auto avaliação será feita mensalmente, pelo aluno, pelo professor e pela escola.

O processo e os resultados da avaliação da aprendizagem devem ser do conhecimento dos pais e dos alunos, bem como as estratégias de atendimento pedagógico diferenciado oferecido pela escola.

De acordo com o Parecer nº1132/97 (CEE/MG), “os estudos de recuperação de caráter obrigatório representam de fato uma nova oportunidade de aprendizagem, sendo, pois uma consequência do processo de avaliação continuada. Devem ocorrer

concomitantemente com o processo educativo para garantir ao aluno a superação de dificuldades no percurso escolar”.

O referido Parecer esclarece, ainda, que os estudos de recuperação “destinam-se também aos alunos que não conseguiram o desempenho esperado num determinado espaço de tempo, aula unidade curricular, período, série, ciclo, semestre ou até mesmo um ano, serão feitos de forma contínua ao longo de todo processo educativo e paralelamente ao período letivo, nos termos do que dispuser o Regimento Escolar. Depois de concluído o ano ou período letivo, a escola poderá oferecer, ainda, nos termos do Regimento Escolar, outras oportunidades de aprendizagem aos alunos que, a despeito dos estudos paralelos de recuperação já oferecidos, permanecerem com dificuldades”.

Os procedimentos e recursos didáticos deverão ser diversificados a fim de colocar todos os alunos em condições de prosseguir nos estudos. As atividades devem ser desenvolvidas dentro da sala de aula, sob a regência do professor, e fora da sala de aula, sob sua orientação.

As atividades de recuperação devem ser programadas tanto para recuperar como para enriquecer o processo de aprendizagem.

O atendimento mediante orientação de estudos deve ser realizado pelo professor, que, à vista das dificuldades apresentadas pelo aluno, deve orientá-lo através de estudos dirigidos, trabalhos, pesquisas e outras atividades, não necessariamente realizados no espaço escolar.

As pessoas são sempre parâmetros para avaliarem e serem avaliadas. Em função disso, vê-se como fundamental orientar a avaliação no sentido da auto avaliação, individual e grupal.

Na avaliação busca-se saber qual é a aproximação do ideal que se busca e de como está se realizando a caminhada em vista deste mesmo ideal. Deseja-se saber dos resultados alcançados, de como se encontra em relação aos objetivos.

Na avaliação escolar, um aspecto importante a se considerar é o resultado da escola na Avaliação Institucional. É preciso verificar:

- se todos, independentemente de sua origem social e de suas condições econômicas, culturais e étnicas, têm tido oportunidade de acesso à escola e de permanência nela;
- se o ensino oferecido é de boa qualidade e se é feito numa perspectiva inclusiva, que habilite para uma participação efetiva na vida pública, social e econômica do país.

É importante em todo esse processo focalizar especialmente as atividades-fim, relacionadas diretamente ao processo ensino e aprendizagem. É essencial que a escola se comprometa com formas eficazes e democráticas de organizar o trabalho escolar, de ensinar e avaliar. Portanto, destacam-se as seguintes ações a serem implantadas ou implementadas:

- Avaliação de todas as disciplinas, em todos os ciclos, anualmente, objetivando a construção de gráficos comparativos, para a análise do desempenho do aluno pelo Conselho de Classe e replanejamento curricular para o próximo ano letivo.
- Avaliação de desempenho de todos os profissionais, anualmente, objetivando a melhoria do desempenho de suas atividades.
- Avaliação do Projeto Político Pedagógico, periodicamente, na forma diagnóstica e de controle, que servirá para verificar se foram executadas todas as ações concretas (objetivos/metasp) propostas pelo plano, para o período; se as normas estabelecidas foram cumpridas e se as atividades permanentes se incluíram no espírito global de nossas ações.

8 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração deste projeto se transformou na responsabilidade de iniciativa para a mudança. Considera-se uma atividade viva e dinâmica, que reúne toda a comunidade escolar na construção coletiva da escola que se deseja. Construção, porque a escola assim como as pessoas e o mundo, não está pronta. Ela está em constante transformação. Há coisas boas que deverão ser mantidas, coisas que deverão ser modificadas e outras que deverão ser adquiridas. Vivendo assim, um movimento contínuo de manutenção, transformação e criação.

Muito se reclama da distância existente entre aquilo que projeta e a prática. Mas a distância entre o sonho e a realidade não é um defeito, é natural. Uma diferença vai sempre existir e isto não é necessariamente uma incoerência.

Os sonhos quando transportados para a experiência concreta, são inevitavelmente modificados por acontecimentos imprevisíveis no campo das idéias. E isto acontece não apenas com os projetos da escola. É em tudo na vida.

O que precisa ser avaliado é a qualidade da distância existente. Isto é importante para que a prática não perca o ideal de vista, tornando-se, ao contrário, a sua negação.

Tal situação revela que estamos diante de um grande desafio, democratizar e ampliar a participação coletiva, legitimar os órgãos colegiados, buscar a qualidade e a profundidade das inovações, e sua inspiração mais sensível nas humanidades e na valorização da qualidade social da Educação.

A escola caminha, assim, em direção à meta de oportunizar aquisição de virtudes necessárias para o despertar do educando como sujeito de transformação de seu esforço físico e social em função de melhoria de qualidade de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBIER, Jean. M. **Elaboração de projectos de ação e planificação**. Porto: Porto Editora, 1996.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: 1988.

_____, LDBEN nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. *Diário Oficial da União*, Brasília, 23 dez. de 1996.

_____, LEI FEDERAL Nº 8.069/90 de 13 de julho de 1990. Atualizado conforme a Lei 12.594, Brasília, DF: 18 de janeiro de 2012, p. 32

_____, **Parâmetros Curriculares Nacionais**, MEC/SEF. Documento Introdutório. Brasília, DF: 1998.

_____, **Parâmetros Curriculares Nacionais**, MEC/SEF. Temas Transversais. Brasília, DF: 1998.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A Educação Básica no Brasil.

Educ.Soc., set.2002, vol.23, nº80, p.192

DALMAS, Ângelo. **Planejamento Participativo na Escola**. 4ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

GANDIN, Danilo. **A Prática do Planejamento Participativo**. 3ª Ed. Petrópolis: vozes, 1997.

GIANCATERINO, Roberto. Avaliação ensino/aprendizagem: **um discurso político desvinculado da realidade do educando**. s/d, disponível em: <http://meuartigo.brasilecola.com/educacao/avaliacao-ensino-aprendizagem-um-discurso-politico-.htm>

JOHNSON, Jr. Mauritz. Definições e modelos na teoria do currículo. **Educational Theory**, 1967, (1) p.127-40

MINAS GERAIS. PARECER Nº 1.132/97. **Dispõe sobre a Educação Básica, nos termos da Lei 9.394/96**. SEE/CEE, Belo Horizonte: 1997.

_____, Resolução Nº521/04. **Dispõe sobre a organização e funcionamento do ensino nas escolas estaduais de Minas Gerais e dá outras providências**. SEE, Belo Horizonte: 2004.

_____, Resolução Nº430/03. SEE, Belo Horizonte: 2003.

_____, Resolução Nº1086/08. SEE, Belo Horizonte: 2008.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **O Campo do Currículo no Brasil: os anos noventa**. 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg.

NOÉ, Marcos. **A avaliação de acordo com os PCNs**. s/d, disponível em www.educador.brasilecola.com/...ensino/a-avaliacao-acordo-com-os-pcns.htm. Acesso em: 22/08/2013

pt.wikipedia.org/wiki/Pesquisa_participativa. Acesso em: 22/08/2013